

11. AS REFLEXÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO TRÁGICA DO LIBERALISMO EM ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS

Dra. Rosilene de Oliveira Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora – MG/ Faculdade de Educação

rosilene@powerline.com.br

Data de recepção: 20/01/2018

Data de aprovação: 10/02/2018

Resumo:

A concepção do homem e do mundo, pelo liberalismo, segundo Roque Spencer Maciel de Barros, é aberta e flexível, livre de dogmas, possuindo assim fisionomia própria como os valores permanentes da "fé liberal": a liberdade, a diversidade da vida e a originalidade pessoal. Sua obra intelectual, no campo do liberalismo, apresenta aspectos realmente inovadores, partindo da reflexão feita sobre as ameaças representadas pela massificação, pelo poder crescente do Estado, pela uniformização da vida e dos gostos simbolizados pelo coletivismo, que tende a fazer do indivíduo mera parte do todo, substituindo o único pelo comum, caracterizando assim o que poderíamos denominar de "Liberalismo Trágico". Mostrando que sua obra é um exame histórico-filosófico do liberalismo - a partir da ideia de que as soluções liberais são as melhores e mais eficazes para a organização e a sobrevivência de uma "boa sociedade", fundada em uma concepção do homem que ponha em relevo sua singularidade e no ideal de uma convivência entre os humanos que tenha por base o respeito mútuo, decorrente da noção de sacralidade ética da pessoa - o estudo sobre o "Liberalismo Trágico", em Roque Spencer Maciel de Barros, vem reafirmar tal concepção, desmistificando a ideia enganosa de que o "verdadeiro liberalismo" é a "socialdemocracia" ou um difuso "socialismo democrático".

Palavras-chaves: Liberalismo; Trágico; Roque Spencer

1. Considerações iniciais

Questionar as possibilidades da liberdade, demonstrando passar por variações entre o otimismo e o pessimismo quanto aos destinos da liberdade no mundo, é, para Roque Spencer, um desafio. Em face dos valores permanentes da fé liberal - a liberdade, a diversidade da vida e a originalidade pessoal - deve, agora, refletir sobre as ameaças representadas pela massificação, pelo poder crescente do Estado, pela uniformização da vida e dos gostos simbolizados pelo coletivismo, que tende a fazer do indivíduo mera parte do todo, substituindo o único pelo comum.

O homem passa a viver no mundo da escolha: já não é o todo indiferenciado, não é a comunidade homogênea que há de decidir por ele. Ele é único, e porque único, insubstituível. A individualização é a fonte de um sofrimento verdadeiramente humano e está vinculada à sabedoria dos pensadores gregos e se se refere aos trágicos gregos é porque a tragédia é uma forma espiritual privilegiada, em que se faz plenamente visível a atualização da liberdade pela individualização da consciência humana. É no trágico que o homem encontra a sua autêntica condição, sua liberdade e sua limitação.

É a partir da liberdade, da autoconsciência e da responsabilidade que o homem constrói a civilização e se transforma numa pessoa, dando a si próprio leis éticas que podem valer universalmente. A afirmação da liberdade humana se mantém inalterada. Toda a vida moral

resulta em desejos, vontades e sentimentos de um esforço de racionalidade, de disciplina do sentir e do querer.

A existência humana é trágica, bem como é trágico o esforço de liberação. É nesta condição que se mostrará a nossa singularidade, responsabilidade e a condição de seres livres em busca de suas formas próprias de liberação, colocando, desse modo, diante de nós, a exigência de regras humanas comuns que nos permitam ensaiar a nossa experiência original, única e efêmera.

2. Liberalismo

Para Locke, o poder político tem como fim a paz, a segurança e o bem-estar do povo. O poder executivo e o poder legislativo são cuidadosamente distintos, ficando o primeiro em total submissão ao segundo, que representa as verdades do cidadão. Não existe consentimento do povo dado de uma só vez e para sempre ao poder civil. O consentimento é sempre condicional, sempre provisório e sempre subordinado à boa conduta dos governantes, julgado em função dos direitos naturais e inalienáveis dos indivíduos: vida, liberdade, propriedade.

É o princípio da liberdade de consciência, fundamento de todo liberalismo, que se afirma em contraposição à máxima de autoridade. O princípio da igualdade civil e política entre os homens aparece como corolário obrigatório da liberdade reclamada para cada um. O liberalismo ético põe o difícil problema da conciliação entre a igualdade e a liberdade, entre a democracia e o liberalismo, problema que constitui, no plano político-jurídico, o seu cerne. Liberdade e igualdade são duas ideias reguladoras, dois pontos de referência para a crítica das situações existentes e para o exame das propostas de solução que para elas apareçam.

Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político que almejou a promoção e o bem-estar de todos, e não de grupos especiais. O liberalismo procura eliminar o ferrão que se interpõe nas relações do governo com o cidadão. O liberal acredita que o propósito de punição se destina unicamente a erradicar o comportamento pernicioso à sociedade. A punição não pode ser vingativa ou retaliatória.

Para o liberalismo, o primeiro requisito para que a paz seja alcançada é a propriedade privada. Quando a propriedade é respeitada já se exclui um importante motivo para se promover a guerra. Não é possível passar sem o aparato do governo para a proteção e preservação da vida, da liberdade, da propriedade e da saúde do indivíduo. É possível obter normas que circunscrevam o domínio da atuação das autoridades administrativas e das cortes de justiça, de modo a deixar pouco ou nenhum espaço para o exercício de sua vontade pessoal ou de seu julgamento arbitrário e subjetivo.

Aos olhos do liberal, o Estado não é o ideal mais alto e não é o melhor aparelho de coerção. Para o liberalismo, a atividade política fundamental se aplica a uma realidade – a sociedade civil. Coube ao liberalismo a salvaguarda das liberdades individuais. Todos os direitos de cidadania devem ser protegidos pela lei e somente serão prejudicados segundo casos expressos pela legislação. Assim, o liberalismo se interessa em resguardar o pluralismo, traçando uma fronteira nítida entre o Estado e a sociedade civil.

O problema fundamental do Estado constitucional moderno, nascido como antítese ao absolutismo, é o dos limites do poder estatal. Para o liberalismo, os direitos naturais preexistem ao Estado, são inalienáveis e pertencentes ao indivíduo. O que interessa ao liberal é que a sociedade civil possa cuidar tranquilamente dos seus negócios - e não que ela exerça uma função propriamente política.

Com o advento do século XX, surge o Estado essencialmente intervencionista. Nesse Estado, os direitos do homem são postos cada vez menos como esfera da autonomia privada, com

limites sagrados frente à interferência do poder. A liberdade continua a ser uma resposta ao fato de que se vive num mundo de incerteza.

O novo liberalismo é a política do conflito regulado e a economia social da maximização de oportunidades da vida social. Entende o homem como ser trágico, sujeito a escolhas e incertezas, radicalmente livre. Para a teoria liberal, o Estado é um aperfeiçoamento em relação ao estado natural, que não transcende à sociedade a fim de criar e manter uma sociedade livre. Cada homem deve ser um cidadão no sentido dos seus direitos legais e de sua condição social.

A nova liberdade, pois, não será conquistada, a menos que a cada cidadão seja dado acesso ao variado universo das chances de vida numa sociedade complexa. A nova liberdade se perderá logo que for adquirida, se tal acesso for reduzido a escolhas irrelevantes. Todos os homens são iguais de fato e de direito, enquanto seres humanos e cidadãos, mas diferem nas suas habilidades e aspirações. Negar tais diferenças implica em negar chances de vida - logo, de liberdade. A nova liberdade significa que a igualdade existe para as pessoas serem diferentes, não para as diferenças humanas serem niveladas e abolidas.

Durante um século, ou mais, a justiça significou que mais gente procurava mais direitos. A realização histórica dos partidos e dos movimentos socialistas na Europa é a generalização da cidadania. Igualdade e participação, com frequência chamadas de democratização da sociedade, são maiores e bem acolhem os elementos deste grande processo de mudança; tornou-se impossível pensar em justiça sem eles.

O que mais interessa nesse mundo é a liberdade, isto é, chances de vida humana. A nova liberdade significa que temos de mudar nossas atitudes, a fim de passar pela turbulência à frente, de um modo que aumente as chances de vida humana. Isto é o que se quer dizer ao querer reconhecer que a história está mudando. Se houver êxito em emanar a tempestade com as realizações de um século de justiça social sem danos, há de se alcançar o patamar de um século de justiça liberal. É preciso exigir sempre a reconciliação da liberdade e da igualdade da democracia, já que são elas as duas metades da democracia.

3. A influência da ideia liberal na concepção de Roque Spencer Maciel de Barros

O verdadeiro compromisso liberal é com o homem, respeitado na sua individualidade e na sua substância ética. O liberalismo moderno se apartava da visão monista e totalista, para afirmar, com vigor, a liberdade humana, a importância das opções, a força das ideias. O liberalismo-moderno é a teoria do sentido ético da vida, isto é, a afirmação da ideia da individualidade da pessoa, da significação moral do homem. Todavia, o liberalismo não pode ser visto como uma filosofia igualitária, ao contrário, pretende promover a diversidade, a originalidade, a superação constante de cada um por si mesmo. Já o totalitarismo moderno é o produto da liberação de forças míticas, que a civilização liberal e crítica pode dominar, mas nunca destruir, já que elas são constitutivas do ser do homem.

O liberalismo é antes de tudo uma concepção do homem e da vida. Um princípio econômico nada pode ter de "sagrado" para o pensador liberal: mera questão instrumental, meio e não fim. Quanto à concepção liberal do homem e da vida, os fortes tenderiam, na verdade, a devorar os fracos, o que poderia justificar-se nos quadros de uma teoria do "darwinismo social", mas nunca nos de uma filosofia liberal preocupada em definir o homem como um fim em si mesmo, objeto de respeito e nunca o sujeito de uma competição sem regra e sem freio.

Na concepção do neoliberalismo o preço a pagar pela liberdade não só é muito alto, mas ilusório: se a quisermos salvar, o que se pode fazer inicialmente será recusar-se a pagar. Não há crise que justifique a intervenção do Estado como investidor no mercado. Compreende-se a preocupação e o temor dos neoliberais: quem garante que, uma vez realizada uma intervenção, com o objetivo inicial de salvar a liberdade, continue o Estado fiel a esse propósito? Como é

evidente, tal intervenção tem como consequência, seja ela desejada ou não, o aumento cada vez maior do poder do Estado. E o poder é sempre corruptor. Ele tem suas próprias leis e o seu destino, se outro poder não lhe opuser, será sempre o de crescer. Incentivando o Estado a intervir cada vez mais na economia, ao poder político que possui somar-se-lhe o poder econômico. Em breve, força alguma estará em condições de enfrentar tal crescimento. Dessa forma, seria preciso aceitarmos a solução de Keynes, no sentido de que apelaríamos para as intervenções do Estado para que ele salvasse a liberdade e as instituições livres. Entretanto, pela dinâmica interna do poder, essas intervenções acabariam conduzindo ao resultado oposto, isto é, ao crescimento do poder centralizado do Estado e ao esmagamento, cada vez maior, da liberdade pessoal. Para que a proposta Keynesiana funcionasse seria preciso, ao mesmo tempo, que os dirigentes fossem arraigadamente liberais, desarmassem o poder e tivessem um estofamento ético tal que os tornassem praticamente incorruptíveis. O que se não é impossível, é extremamente raro.

Todo totalitarismo é imperialista e não pode deixar de sê-lo. Ou não seria totalitarismo. O próprio dessa forma de concepção do mundo e de política é exatamente o expansionismo: o que o caracteriza é precisamente a pretensão de abarcar o todo, de confundir-se com ele. Qualquer coisa que não se integre nesse todo permanece, para o totalitarismo, como um desafio, como um dado irreduzível que desmente a sua "verdade" e a sua fé. O totalitário não pode admitir que alguém viva de forma diversa, não suporta a variedade da vida: quer reduzi-la inteira ao padrão comum, mergulhá-la no todo.

Se não quisermos sub-repticiamente desfigurar a significação do conceito sobre a liberdade, cabe restringir o emprego da palavra liberdade às "liberdades formais", tais como a liberdade de pensamento, de religião, de associação, de imprensa, de ensino, de ir e vir, isto é, "à liberdade dos liberais" que, limitando o poder e denunciando o arbítrio, garantem o "império da lei", mas não a capacidade de execução das escolhas que a lei nos permite. Prefere-se mesmo substituir a expressão "liberdades políticas", ou seja, voto livre, governo consentido e periodicamente substituível por direitos políticos, indispensáveis para a garantia das "liberdades" ou da "liberdade", é certo, mas não identificáveis com ela ou com elas. De que vale a liberdade de pensamento para quem não tem condições mínimas para viver de maneira decente? Que importa a liberdade de imprensa quando se vive num mundo de doenças e de fome? Que importância tem a liberdade de ir e vir, se ela beneficia apenas alguns e se a grande maioria está condenada a vegetar sempre no mesmo lugar, os horizontes limitados pela impotência da miséria? O que importa, continuam, são as "liberdades reais" do homem, não as "liberdades formais" de um "velho e superado mundo liberal". "Não será começando por suprimir a liberdade de imprensa que se criará a capacidade ou o poder para manter uma imprensa livre..." (BARROS, 1992, p. 288).

Nenhuma pessoa razoável pode compreender porque será necessário abdicar da liberdade de pensamento, da liberdade de imprensa ou da liberdade de ir e vir para melhorar a sorte dos homens, já que o homem se define pela sua liberdade.

A rigor, falar dos conceitos de liberalismo e de democracia é evidenciar que tais conceitos não se situam num mesmo nível. O liberalismo centra-se no valor liberdade e democracia, vincula-se ao valor igualdade. Todavia, há de se fazer uma referência a tais conceitos. O liberalismo, para além de conotações meramente políticas ou econômicas, apoia-se numa determinada maneira de ver o homem e sua posição no mundo e na sociedade que, repudiando quaisquer justificações ideológicas, tem algumas características comuns e fundamentais. É impossível falar-se de liberalismo sem considerar o homem como uma criatura moral singular, insubstituível e responsável por suas ações. Essa maneira de ver o homem, privilegia a liberdade como valor primeiro e implica no valor de igualdade, à medida que esta é concebida como aquele elemento comum que faz de todos os homens seres livres. A igualdade que se tem em vista é o reconhecimento de um estatuto humano comum, sobre o qual pode erigir-se o princípio da igualdade jurídica e que fundamenta o direito de qualquer um receber um tratamento digno.

O que vem distinguir de fato o liberalismo e democracia é que esta última é um método ou processo de governar, de distribuir e controlar o poder na sociedade. Para o liberal o liberalismo é algo substantivo, que tem um valor em si, precisamente, porque não é simplesmente político ou econômico, mas é uma afirmação do homem, concebido na sua dignidade como ser singular, insubstituível e responsável. Enquanto isso, a democracia é, por assim, dizer adjetiva. Ela pode compatibilizar-se com o liberalismo desde que ela permaneça como um processo de governo, subordinado filosoficamente aos ideais liberais, que extravasam o plano jurídico, político e econômico. A democracia pode ser também pensada como uma concepção de homem, valorizando a igualdade.

A democracia não é, por si só, uma garantia de que as relações entre os homens se estabeleçam de maneira satisfatória, pelo menos do ponto de vista da preservação das liberdades civis e políticas. Nenhum totalitário tem muito escrúpulo em dizer-se defensor da "democracia": ela lhe aparece como a "soberania do povo" e como, para ele, a vontade ditatorial dos ocupantes do poder exprime a vontade popular, democrática lhe parecerá a organização em que a liberdade tenha deixado de existir, desde que o "povo" a apoie. São estas as razões que levam os totalitários a se dizerem democratas. A seu modo eles são. O que não podem ser é liberais.

Para se compreender o liberalismo democrático, essa forma de pensamento, liberdade e igualdade são duas ideias reguladoras, dois princípios orientadores da crítica das situações existentes e das propostas sempre graduais, de reforma social. E, o que é essencial para o liberalismo democrático é o máximo de liberdade concreta e o máximo de igualdade possível. A filosofia do liberalismo democrático não só é superada como é, em realidade, insuperável. Porque superáveis são as doutrinas dogmáticas, comprometidas com as soluções definitivas que se mostram acanhadas e incapazes de resolver as questões concretas do homem, nunca uma filosofia aberta que, em lugar de "soluções", oferece-nos um princípio e um método para encontrar, em cada caso, um ajustamento e um equilíbrio. É por isso que só ela pode promover a igualdade possível, sem o sacrifício da liberdade, por isso só ela pode promover a liberdade, sem descuidar das exigências da igualdade, aceitando a tensão dinâmica entre as duas ideias e entre os fatos com que elas se relacionam. Fora dela o caminho triunfante será o do totalitarismo, que acaba por eliminar as duas ideias, na impossibilidade de conciliá-las.

Em vista do isolamento do pensamento moderno, a que fomos submetidos, a elite brasileira aproximou-se da filosofia política apenas em fins do século XVIII e começo do XIX. A rigor, somente tem lugar um debate verdadeiramente profundo e mobilizador, no período que se segue à independência. O problema que os pensadores liberais enfrentam é o de defender o patrimônio fundamental do liberalismo - a liberdade de consciência e as liberdades dela derivadas, a individualidade - contra uma nova visão da sociedade que insiste principalmente na igualdade e que sobrepõe a coletividade ao indivíduo. Intimamente ligado à revolução industrial, o novo liberalismo exige a tranquilidade para o desenvolvimento pacífico das forças produtoras da sociedade, a garantia dos direitos e liberdades individuais e, principalmente, a introdução da liberdade em todos os setores da vida social. As concepções peculiares do liberalismo brasileiro esbarram em problemas. Vigora um culto oficial, privilégios políticos e religiosos, um sistema de governo que só na aparência era realmente democrático, onde, mais do que tudo isso, a escravidão era um desafio à consciência. Dessa forma, a luta do liberalismo não poderia ser a mesma vista até então em outros países. No Brasil, final do século passado, problemas políticos e jurídicos emergiram cada vez mais com grande profundidade. O liberalismo brasileiro, para Roque Spencer, "vê-se diante de velhas instituições que não correspondiam mais às aspirações do século: o seu problema é removê-las, eliminá-las em certos casos [...]" (1986, p. 81).

Para o liberalismo clássico, tais conquistas são a efetivação dos mais elementares e básicos "direitos naturais"; manifestação livre de seu pensamento onde quer que seja; que o governo seja a expressão da vontade popular, da soberania do povo, e não a expressão de seus próprios desejos.

O liberalismo ilustrado brasileiro quer realizar as grandes tarefas do século XIX, e elevar o país ao nível do ocidente. Esta é, pois, a peculiaridade da concepção do mundo dos liberais clássicos em face do cientificismo. Este último levanta-se amparado por uma interpretação científica ou pretensamente científica da vida, o liberalismo clássico ergue-se por uma visão jurídica do homem. É o liberalismo clássico brasileiro que coloca a crença fundamental na liberdade humana.

Para o liberalismo, não é possível pensar, realmente, em progresso, social ou econômico, se não como consequência do progresso político. A luta liberal no Brasil pela reforma eleitoral, pela eleição direta, é a contraparte da luta contra o poder moderador, trata-se de uma só aspiração: a democratização do país. Ligada a essa luta pela regeneração de nossos costumes políticos, desenvolve-se com significação bastante profunda, a luta pela liberdade da consciência e das forças tolhidas da individualidade, no plano religioso, intelectual, social, moral e econômico. Ao lado da luta pela democracia representativa, a luta pela liberdade. No Brasil, a luta pela democracia política era a meta urgente a atingir, o combate por ela congregava exatamente as forças em luta pela liberdade individual. O esforço para a implantação da liberdade é a destruição dos entraves à vida da consciência. O liberal defende a sociedade civil, produto do consenso comum, garantia mais segura das liberdades fundamentais do indivíduo.

A ideia da libertação do trabalho é inseparável, para o liberalismo, do princípio de liberdade de consciência. A luta pela libertação das consciências aparece não só como a afirmação de um direito natural e absoluto, mas também como uma necessidade prática, pois o segredo da prosperidade está no respeito à dignidade do homem, a sua personalidade e onde se sufoca a consciência não há lugar para o desenvolvimento ético da personalidade. É preciso permitir ao indivíduo a plena realização de suas forças, encorajando-o a produzir e ampliar a esfera de sua liberdade. O liberalismo no Brasil será frequentemente levado a reexaminar o papel do Estado em matéria de educação e em todos os aspectos que permeiam a realidade sócio-político-jurídica do país para salvar a sua inspiração ético-jurídica fundamental.

4. O fenômeno totalitário em Roque Spencer Maciel de Barros

O totalitarismo é uma ameaça constante às conquistas da civilização e da inteligência, contra o qual deve-se estar sempre vigilante, mesmo em momentos menos conturbados e perigosos do que esse que vive o mundo atual. Acredita-se que a realização plena da singularidade humana e o respeito pela dignidade da sua condição são valores inegociáveis que dão à vida um sentido e uma dimensão ética. O totalitarismo conquista os homens quando esses temem à condição humana, quando não conseguem mais ser homens, quando se apavoram diante da própria liberdade. Por esse motivo, o combate ao totalitarismo nunca se acaba.

Uma sociedade livre e tolerante, que reconheça na liberdade humana o seu valor fundamental, normalmente será obrigada a impor limites a essa liberdade, não só aqueles que impeçam que a liberdade de uns prejudique a liberdade dos demais, mas também que impeçam que a liberdade seja usada para a destruição das liberdades conquistadas. Uma sociedade livre não poderá, de forma alguma, para garantir a sua própria sobrevivência, ser tolerante em relação à intolerância. Pode-se dizer que a intolerância gera intolerância, que o totalitarismo tende a gerar o totalitarismo ou, pelo menos, certas formas autoritárias que dele se aproximem.

Essa é uma situação difícil, pois de uma parte, não é possível ignorar a ameaça totalitária, é preciso reagir contra ela, se se quer preservar os valores de uma sociedade livre. Um dos aspectos desse fenômeno totalitário é o avanço do autoritarismo na sociedade moderna e a perfeita compreensão desse aspecto talvez possa conduzir à invenção de uma estratégia diversa, necessária para a preservação real da liberdade.

O Fenômeno Totalitário exprime uma das faces fundamentais do humano, caracterizado pela ambiguidade e pela ambivalência dela decorrente: ambiguidade de um ser, ao mesmo tempo,

imanente e transcendente a um mundo em que está e não pode deixar de estar, distinguindo-se, entretanto, radicalmente dele; ambivalência que o leve a oscilar entre a liberdade que o constitui e singulariza e a totalidade que o dissolve, apagando os seus contornos individuais. “Mas história é risco, aventura, insegurança[...] o imprevisto. O homem, à medida que é um “ser de liberdade [...] a extrema dificuldade em que a sua liberdade o mergulha [...]” (BARROS, 1990, p. 355). Se o homem se afirma, se diferencia e cria, abre o caminho da civilização e da mudança. O que produz a história é o modo de querer, pensar e sentir pessoal, isto é, diferente. Se ele se recolhe ao “mesmo” e ao “repouso”, se renuncia à individualidade, ao movimento e à história, ele se mantém seguro, elimina o risco negando a mudança.

A ordem totalitária, na visão de Roque Spencer, por mais aberrante que possa parecer àqueles que se dispõem a aceitar, a condição humana, com sua ambiguidade, ambivalência e risco, é, igualmente, uma aspiração humana que, “dialeticamente”, visa a eliminar a própria condição humana, pelo terror que a precariedade dessa provoca. A ambição totalitária é algo inerente ao mundo humano de ser. Nesse caso, a qualquer instante e na dependência de circunstâncias históricas o totalitarismo pode ressurgir sob novas formas.

É verdade que se deve apostar no homem, apesar do destino irremediavelmente precário do homem e da completa falta de um sentido superior da vida. Todavia, quem aposta realmente no homem há de renunciar de vez ao chamado da totalidade e atender ao apelo da liberdade. E não pode assim, em função dos valores que escolheu, transigir com qualquer forma de totalitarismo. “O homem é a sua liberdade: o que constitui a sua realidade humana, o que o diferencia e o situa como fundamento da natureza é o ato pelo qual transcende o dado e o reconhece como algo diverso de si mesmo” (BARROS, 1971, p. 339).

A liberdade o incita à liberação. Todo ser livre busca liberar-se: do temor, da necessidade, da fome, da opressão, de tudo que lhe encurta a vida, a empobrece, a esvazia. Só se libera quem é livre. Assim, a história humana, a história da cultura é a história da liberdade ou da liberação. A liberdade não é um dado preexistente, que se trata de proteger, é uma faculdade que é preciso conquistar. É uma “qualidade inerente” ao homem, constitutiva de seu ser e condição de seu “devir”, que se pode falar de liberação. Uma política liberadora, isto é, que seja capaz de formular e de aplicar as regras humanas comuns que permitem a cada um de nós realizar nossa experiência, original e única, de liberação, há de pressupor, como justificativa e fundamento, a vigorosa afirmação da liberdade como constitutiva do ser e do vir a ser humano. Em uma palavra, ela não poderá ser totalitária, mas tão-somente, no rigor da expressão, liberal. “Quem se demite da sua condição de homem livre, quem entrega a sua liberdade nas mãos do estado todo-poderoso... perde... a segurança por que espera” (BARROS, 1971, p. 368).

Não pode haver verdadeira segurança na ausência da liberdade. Não se podem aumentar os poderes do Estado para intervir na ordem econômica, visando a justiça e o equilíbrio, sem aumentar os controles sobre os poderes acrescidos. O poder, sempre advertiu o pensamento liberal, tem suas próprias leis de crescimento, que estão na razão inversa da liberdade e da segurança. Se quisermos assegurar-nos contra o crescimento do poder, para além das necessidades a que temos de saciar, a única solução eficaz é a constante vigilância sobre ele, que só a liberdade permite e garante.

Como explicar a dimensão trágica da realidade humana? Deve haver algo no homem que possibilite a vivência trágica. Poderíamos chamar de finitude, de contingência, de imperfeição ou ainda de limitação o elemento possibilitador do trágico, melhor ainda seria recorrer à expressão consagrada por Sartre: separação ontológica. Mas é fundamental acrescentar que a finitude ou a separação ontológica que caracterizam o homem não são em si mesmas trágicas: o homem como homem, em sua condição, não é trágico. A separação ontológica é muito mais elemento possibilitador do trágico, é aquele rasgo na natureza humana que em tais circunstâncias adquire ou não uma coloração trágica. O trágico pertence à esfera dos valores, é preso a um valor que o trágico pode aparecer no real. Pergunta-se, aqui, quais seriam então os pressupostos fundamentais da tragédia? Um elemento básico para que se possa verificar o

trágico é que ele seja vivido por alguém, que exista um homem trágico. Quando se mostra o teor do trágico, tão-só a partir do homem, esquece-se um outro pressuposto, sem o qual a tragédia não chegaria a concretizar-se. Um outro elemento fundamental é o sentido da ordem dentro da qual se inscreve o herói trágico. De fato, o trágico seria inexplicável a partir apenas da subjetividade do homem, como se esse, de repente, ou por si só, se encontrasse em situação trágica, como se o homem fosse a única perspectiva possibilitadora do trágico. Evidentemente, a natureza da ordem varia: pode ser os cosmos, os deuses, a justiça, o bem ou outros valores morais, o amor e, até mesmo, o sentido último da realidade. Não é o caráter que determina o trágico, e sim a ação: o caráter é próprio do homem e restringe-se a ele; a ação, pelo contrário, deve ser compreendida, em última instância, a partir daquela polaridade. A ação trágica não precisa redundar necessariamente na morte do herói, embora a morte possa causar um impacto trágico maior. Mas de modo algum é lícito considerar um "final feliz" como incompatível com a tragédia.

A tendência para o trágico não nasce, entre os gregos, a partir de um exacerbado pessimismo a respeito do mundo. Jamais afirmaram que a vida fosse composta apenas de sofrimento e lágrimas. Conservaram sempre o mais intenso apetite pela atividade de todas as espécies, física, mental ou emocional. Pensavam sobremaneira na morte. Esta apreciação do homem não era suavizada pela esperança de um mundo melhor no além, superior a este. Nem sequer pensavam que seus deuses fossem necessariamente benevolentes.

Caracteriza o trágico uma oposição inconciliável, havida entre os deuses, entre deuses e homens ou mesmo entre os homens. Essa oposição, contudo, não era cerradamente trágica, porque os gregos nunca pressupuseram o mundo como carente de sentido e de significação. A tragédia grega, que alcançara seu mais elevado desenvolvimento com os grandes poetas trágicos, entra em declínio e encontra sua superação, como concepção da vida e do mundo, no pensamento de Sócrates e na filosofia de Platão.

O Cristianismo atenuou sobremaneira o conceito trágico da vida, inerente ao pensamento grego. A tragédia grega não ofereceu nenhuma resposta à questão dos sofrimentos da humanidade, mas os expõe e mostra como podem acontecer e como devem ser suportados. Suas figuras míticas, por isso, sempre são recuperadas, como testemunhos simbólicos da condição humana. Para Aristóteles a tragédia descreve ações e vidas.

Para Roque Spencer a "essência do trágico" parece-nos estar no espetáculo da liberdade esmagada, da vontade lúcida e livre, mas impotente para realizar o seu desígnio, para converter em realidade o seu projeto, obstada no seu caminho por poderosas forças exteriores, sejam as de um cego destino, sejam as resultantes de decisões alheias que coíbem nossa ação. Se não houvesse os terríveis obstáculos não haveria tragédia, como tragédia não existiria sem vigorosa afirmação da liberdade, finalmente vencida. Parece-nos que a tragédia autêntica se encontra intimamente ligada ao problema da individualização.

Enquanto ser jogado no mundo, marcado pela instabilidade, sujeito à injustiça, o que marca a vida do homem e faz, ao mesmo tempo, sua grandeza e sua miséria, é a tragédia do esmagamento da vontade livre e fiel a si mesma pelos poderes estranhos, humanos ou divinos.

A condição política normal do homem é em função da submissão do indivíduo à sociedade, normalmente encarnada no seu eu ou nos seus chefes. Essa absorção do individual pelo grupo, pela "totalidade social", parece característica das sociedades em que não se desconhece o eu, mas em que ele é temido, negado e desvalorizado, fugindo à "dor da individualização".

A história da liberdade, precisamente porque é ela que introduz verdadeiramente o homem no mundo ético, o qual é feito de decisão e risco; cria para ele problemas novos. A vontade de construir um mundo em que seja possível a realização, primeiro jurídica, depois político-social, e, finalmente, econômica, de um mundo ético se recusa a existir objetivado. E se recusa, porque a liberdade não desenvolve apenas o sentido ético da vida, mas desenvolve e potencia o eu

inteiro do homem, que está carregado de outras forças: paixões, vontade de poder, enfim, tudo o que constitui a complexidade humana e que gera os conflitos e os antagonismos entre os homens. O homem livre é um ser geralmente insatisfeito, seja em relação ao que é ou ao que tem, seja em relação à relatividade exterior a si próprio, realidade que ele quererá "ideal" e que o contraria. Razões éticas ou razões completamente estranhas à ética convertem a vida humana em algo insatisfatório. O homem livre, entregue a si, conhece um terror que não é simplesmente o terror animal, mas o ser desamparado, que perdeu seu abrigo no "ser protetor".

Na sua forma mais desenvolvida, apurada e consciente, a liberdade desvela o horizonte trágico do humano. Insatisfatória e trágica, a vida humana tem que ser mudada. É preciso criar o "homem novo", livre da incompletude, da miséria, da alienação, da tragédia. O que ele não quer reconhecer é que todos esses elementos, que ele crê negativos, são o fruto da liberdade.

Segundo Roque Spencer não se trata de formular qualquer juízo de valor sobre o totalitarismo, mas reconhecer suas raízes e sua legitimidade em função da constituição ôntica do homem. De tentar, enfim, compreendê-lo. Optar contra ele ou a seu favor depende de uma decisão pessoal, que escapa ao quadro da análise ôntica. O que esta tenta fazer, nos termos hipotéticos em que a propomos, é esclarecer, com base no fenômeno totalitário, o efetivo significado do totalitarismo, sem julgá-lo.

O que o homem tem feito, no seu empenho organizativo do mundo, é ir tentando suprimir a ambiguidade constitutiva do ente humano: ora privilegiando a totalidade do "nós"; ora privilegiando a liberdade do "eu" e, às vezes, imergindo na sua condição biológica e propondo-se a tudo explicar a partir dela; ora alienando-se numa transcendência que mal consegue aquilatar.

5. Considerações finais

Quando tentamos desvendar o ser do homem, nas suas estruturas mais profundas, o que sobressai é o medo à liberdade, que, experimentada e vivida, torna-se aterradora.

O "fenômeno da liberdade" e o "fenômeno totalitário" - do qual o totalitarismo é tão somente a expressão política - são dois polos em função dos quais o ente humano aparece a si mesmo e ao outro, desde que se detenha para examinar a sua posição no mundo, tarefa que seria, pois, a inicial de uma ôntica. Já o "fenômeno trágico", confrontação radical do homem com o seu destino e que encontra a sua expressão literária na tragédia, constitui o que é mais específico do homem, isto é, a tensão entre a singularidade e a totalidade; entre o que é único e insubstituível e, o que é o mesmo, o todo de que cada singular não é senão uma espécie de condensação. É a tensão entre o singular e o todo, entre a liberdade e a totalidade que constitui a busca permanente e difícil de equilíbrio que a todo instante se rompe, numa dialética desesperada que quer conservar íntegros os contrários, que quer absorver o infinito, que afirma o individual e o nega no universal, mas que, na busca deste universal, não quer abrir mão do individual.

O exame do "posto do homem no cosmos", de sua situação no mundo, esse mundo do qual ele, fazendo necessariamente parte, emerge, assim, como um lampejo, bruxoleia como uma vela e ao qual, apagando-se, retorna. E o que vale para cada homem, vale também para todos os homens, para a humanidade, essa aventura da consciência e da liberdade irremediavelmente condenada ao malogro da finitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Estudos Liberais**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1992.

_____. **A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto e o seu significado pedagógico.** São Paulo: Editorial Grijalbo LTDA, 1967.

_____. **A Ilustração Brasileira e a ideia de Universidade.** São Paulo: Editora Convívio / USP, 1986.

_____. **Introdução à Filosofia Liberal.** São Paulo: Editora da USP / Editorial Grijalbo LTDA, 1971.

_____. **O Fenômeno Totalitário.** Belo Horizonte - Itatiaia; São Paulo/USP, (Biblioteca de Cultura Humanística; V.6.), 1990.

_____. **A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães.** São Paulo: Grijalbo - Editora da USP, 1973.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Organização e colaboração).** São Paulo: Pioneira, 1960.

_____. **Ensaio sobre a Educação.** São Paulo: Grijalbo - EDUSP, 1970.

_____. **Gorbachevismo - Hipótese e Conjecturas.** São Paulo: Convívio, 1988

LOCKE, Jonh. **Segundo Tratado sobre o Governo.** Tradução de E. Jacy Monteiro. 5a. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores; 9).

PAIM, Antônio. **Ideias Filosóficas no Brasil.** 3a. edição. São Paulo: Convívio, Brasília, INL, 1984.

Abstract:

According to Roque Spencer Maciel de Barros, Liberalism provides for a conception of man and the world which is both open and flexible, free from any kind of dogma and, for this reason, compatible with the everlasting values of the so-called "liberal Faith": freedom, diversity of life, individual originality. His intellectual work, in the field of Liberalism, presents some innovating aspects basically in relation to his reflection on the threats represented by the various forms of "massification", the ever-growing power of the State, the uniformization of life and taste on behalf of the concept of "collectivism" which aims at transforming individuals into a mere part of the whole, replacing all that "unique" by what can be regarded as "common" and this fact characterizes what we could term "Tragic Liberalism". Showing that his work is a historical/philosophical examination of Liberalism - and starting from the idea that the liberal solutions are the best and the most efficient ones for the organization and survival of a "good society" based on a conception of Man which stresses his singularity as well as the principle of mutual respect (a principle derived from the concept of sacred ethical rights common to all people) - Roque Spencer's "Tragic Liberalism" aims exactly at reaffirming this very conception and at demystifying the deceitful idea that identifies "true Liberalism" with "social democracy" or with an ill-defined concept of "democratic socialism".

Key words: Liberalism; tragic; Roque Spencer.